

O GOVERNO VARGAS E SUAS IMPLICAÇÕES NA PRODUÇÃO LITERÁRIA TEUTO-BRASILEIRA

Clarissa Mombach¹

RESUMO: Este artigo tem como objetivo fazer uma reflexão sobre os efeitos da campanha de nacionalização do governo Vargas na literatura brasileira sob a perspectiva dos imigrantes alemães. Durante o período da ditadura Vargas, dentre outras medidas, todos os imigrantes e seus descendentes em território nacional foram proibidos de falar sua língua em público como uma forma de obrigá-los a se integrar à cultura brasileira. Tal determinação afetou diretamente a vida dos imigrantes alemães e seus descendentes, pois muitos não sabiam falar português e, pelo fato de o Brasil ter entrado na guerra contra a Alemanha, os mesmos passaram a sofrer ataques por parte da população brasileira: casas de comércio, jornais e estabelecimentos em geral, cujo dono era de origem alemã, foram incendiados e associações foram fechadas. Nessa época, a convivência entre brasileiros e alemães foi conturbada. Quais os reflexos desse período na literatura brasileira? O que foi produzido literariamente sobre essa questão? Como foram retratados os imigrantes alemães e seus descendentes na literatura brasileira antes, durante e depois da campanha de nacionalização? Essas são algumas questões abordadas neste artigo.

Palavras-chaves: campanha de nacionalização, literatura brasileira, imigração alemã.

ABSTRACT: The present paper aims to reflect upon the effects of the nationalist campaign during Vargas government depicted in Brazilian literature from the German immigrants' perspective. During the period of Vargas's dictatorship, among other measures, all immigrants and their descendents in Brazil were forbidden to speak their language in public in a way to force them to integrate themselves into Brazilian culture. This determination affected German immigrants' way of life, because many of them couldn't Portuguese and, due to the fact that Brazil entered the war against Germany, the immigrants suffered attacks from Brazilian people. Trading houses, newspapers and other institutions - owned by Germans - were burned and associations were closed. Therefore, the relationships between Brazilians and Germans were troubled. Which are the effects of this period on Brazilian literature? What was published in literary works about this issue? How were German immigrants and their descendents portrayed in Brazilian literature before, during and after the nationalist campaign? These are some subjects addressed on this paper.

Keywords: nationalist campaign, Brazilian literature, German Immigration.

1. A ditadura Vargas e a campanha de nacionalização

¹ Professora de Alemão do Colégio de Aplicação da UFSC. Mestre em Literatura Comparada pela UFRGS. E-mail: cmombach@terra.com.br.

Durante o século XX, os regimes autoritários dominaram a cena política mundial e se caracterizaram pela sua forma radical de impor a autoridade do Estado e suas determinações em relação aos seus indivíduos. Um dos principais líderes a adotar este tipo de regime foi Adolf Hitler, responsável pela ocorrência do trágico Holocausto. Junto com os regimes autoritários predominavam a violência, o preconceito e a repressão à liberdade de expressão.

No Brasil, foi durante o período do Estado Novo (1937-1945), sob o governo de Getúlio Vargas, que se instaurou pela primeira vez um regime de governo autoritário, amplamente conhecido como o período da ditadura. Entre as medidas tomadas por Vargas está a *campanha de nacionalização*, que tinha como objetivo integrar os imigrantes e seus descendentes à cultura brasileira. Nas escolas, os professores deveriam ser brasileiros natos ou naturalizados, as aulas deveriam ser ministradas em português e era proibido o ensino de outras línguas estrangeiras. Em 1939, medidas mais drásticas foram adotadas: houve a proibição de falar uma língua estrangeira em público - inclusive durante celebrações religiosas - e o fechamento de diversas instituições de caráter étnico dirigidas pelos imigrantes alemães e seus descendentes (ginástica, corais, tiro ao alvo, bolão e outras agremiações consideradas perigosas). Em 1942, com a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial, as repressões ficaram ainda mais violentas, pessoas que não falassem português eram presas e parte da memória dos imigrantes foi destruída (jornais, revistas, livros, documentos, etc). O isolamento relegado aos descendentes alemães em suas colônias passou a ser visto como um problema a ser amplamente discutido. Por não dominarem o português, por manterem escolas, cultos e missas em língua alemã e por normalmente casarem-se entre si, os descendentes alemães eram acusados de serem resistentes à integração nacional.

Nesta época, intensificaram-se pelo país notícias de que o “perigo alemão” ameaçava o domínio brasileiro nas terras do sul (Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná). Tais veiculações davam conta de que a Alemanha possuía um plano estrategicamente traçado para a criação de uma Alemanha sul-americana. René Gertz, em seu livro *O perigo alemão* (1991), esclarece que tais posições eram exageradas e devem ser vistas com reservas, pois, na

realidade, o partido nazista não possuía uma adesão representativa para tanto, embora muitos imigrantes e descendentes simpatizassem com a política empregada por Hitler. Segundo Gertz, o número de pessoas que teria se filiado ao partido nazista no Estado do Rio Grande do Sul parece ter ficado em torno de quinhentos, de acordo com indicações existentes em alguns documentos. “Na mesma época viviam em Porto Alegre – segundo informações do consulado alemão – em torno de trinta mil teuto-brasileiros e três mil alemães natos. Em todo o Estado, o número de alemães e teuto-brasileiros era calculado em seiscentos mil.” (p. 53, 1991). Conforme dados do autor, portanto, num universo de seiscentas mil pessoas, quinhentos membros corresponde a uma parcela ínfima. A historiadora Ana Maria Dietrich, em sua tese de doutorado “*Nazismo Tropical? – O partido nazista no Brasil*” (São Paulo, 2007) informa que, em todo o território brasileiro, o número de filiados chegou a 2.903 membros. Apesar de o Brasil ter tido a maior célula do partido nazista fora da Alemanha, esse número é pequeno quando levamos em conta que, segundo dados de Mauch e Vasconcelos (1994), o número de imigrantes alemães vindos ao Brasil de 1824 a 1969 foi de 250.166 pessoas, ou seja, pouco mais de 1% do total de imigrantes alemães se filiaram ao partido.

A ação governamental contra o “perigo alemão” constituía-se em dois níveis: o educativo, exigindo o ensino do português nas escolas; e o repressivo, proibindo o uso cotidiano da língua alemã. Como já referido, esse último originou uma série de episódios bastante danosos para as pessoas de origem germânica, posto que a população em massa passou a vigiar os falantes do alemão e engendrou-se uma verdadeira perseguição à sua cultura. As leis serviam para os imigrantes de qualquer nacionalidade, no entanto, devido à relevância da Alemanha na Segunda Guerra, era natural que a repressão maior recaísse sobre os alemães.

Em 1942, com a declaração de guerra entre o Brasil e a Alemanha, a repressão tomou dimensões incontrolláveis por parte do governo. A própria população assumiu o papel de colocar em prática a campanha de nacionalização, agindo muitas vezes por conta própria, exigindo que os descendentes retirassem qualquer referência à língua alemã de seus estabelecimentos, depredando e pichando sedes de origem germânica, como

jornais e associações. Os jornais que publicavam em língua alemã tiveram de ser fechados. Para conter os ataques da própria população, o exército teve de intervir. Há inúmeros casos relatados em que pessoas inocentes, sem qualquer envolvimento político, porém, sem conhecimento da língua portuguesa, foram presos. As delações não vinham apenas da população luso-brasileira, mas às vezes dos próprios alemães e teuto-brasileiros, que se auto-acusavam nas regiões coloniais devido a disputas pessoais.

Gertz afirma que, para se realizar uma interpretação adequada da campanha de nacionalização, deve-se considerar o fato de que, no Rio Grande do Sul, os luso-brasileiros estavam perdendo seu domínio econômico para os descendentes de imigrantes, prova disso é que a metade-norte, zona predominante de “estrangeiros”, estava em franco desenvolvimento, enquanto a metade-sul, a zona da campanha, em declínio. Esse fator serviu de grande estímulo para o ataque aos estabelecimentos alemães. Ironicamente, algo parecido estava acontecendo na Alemanha, só que ao reverso e com implicações muito mais graves: lá, os judeus eram perseguidos pelos alemães e cogita-se que uma das motivações para isso foi o fato de os judeus, de uma maneira geral, terem sido bem sucedidos na Alemanha – muitos eram donos do comércio e detinham dinheiro e posses. No Brasil, numa proporção muito menor, os perseguidos eram os descendentes alemães, nesse aspecto, sendo os “brasileiros”² motivados por razão semelhante.

Como consequência, ser descendente de alemães e falar o idioma alemão passou a ser motivo de discriminação. Os descendentes alemães se empenhavam em aprender português e o fato de não se ter o domínio da língua “estrangeira” é visto como algo negativo, sinal de atraso, falta de refinamento, de *status*. Disseminam-se palavras com sentido pejorativo para designar o descendente alemão, tais como “colono” – estando ali subentendido não simplesmente um trabalhador do campo, da colônia alemã, mas aquele dotado de maneiras rudes, pouco culto e normalmente vestido de forma simples. Lúcio Kreutz afirma sobre o assunto:

² Na realidade, todos já eram brasileiros, inclusive os descendentes germânicos. No entanto, parte da população brasileira não considerava assim.

No caso teuto-brasileiro, esta foi uma experiência traumatizante, porque, de um momento para outro, deixou de ser legítima toda uma expressão e organização sócio-cultural permitida por mais de cem anos, tendo sido incentivada e elogiada pelas instâncias oficiais. Houve uma brusca ruptura da rede escolar teuto-brasileira, que contava, então, com 1141 escolas e 1200 professores no Rio Grande do Sul, um cerceamento das estruturas de sociedades recreativo-culturais e 'foi proibido falar em língua alemã', quando uma grande parte (maioria dos que habitavam os núcleos rurais) não sabia o português. (...) Para toda uma geração de imigrantes ficou sendo constrangedor manifestar-se em sua identidade cultural da forma como havia sido construída até aquele momento (1991, p. 77).

Os descendentes sentem-se na obrigação de renegar a sua língua materna para poderem se inserir na sociedade da época. Foi assim que se deu a integração à cultura brasileira que, se antes caminhava no seu próprio ritmo, durante o Estado Novo teve de ser brutalmente acelerada. Sob esse aspecto, a campanha de nacionalização obteve êxito em seus propósitos: através da eliminação da cultura do outro se pôde impor a cultura predominante local. Essa atitude de calar o alheio é confortável para quem dita as leis e se encontra numa posição de maioria. Tal procedimento não é inédito na história mundial: as minorias sempre foram silenciadas em favor da manutenção de uma apenas aparente homogeneidade.

2. Os teuto-brasileiros e a literatura nacional

Quando começou a ditadura Vargas, fazia 125 anos que a primeira leva de alemães havia migrado para o Brasil: a imigração teve início em 1812, quando os alemães se dirigiram inicialmente às colônias de Santo Agostinho, no Espírito Santo; à colônia Leopoldina, na Bahia (1818); à colônia de Nova Friburgo, no Rio de Janeiro (1819) e à colônia São Jorge de Ilhéus, no sul da Bahia (1822). No entanto, essas primeiras experiências foram frustradas devido à inadaptação dos europeus ao clima e a dificuldade desses em plantar no tipo de solo da região. Sendo assim, a partir do dia 25 de julho de 1824, iniciou-se a imigração dos alemães para o sul do Brasil. Tais imigrantes receberam lotes de terras ainda não desbravadas e, portanto, estabeleceram moradia em regiões isoladas, o que possibilitou o surgimento de uma

literatura peculiar. A partir de 1852, estes imigrantes alemães começaram a produzir textos literários de difícil classificação; uma “literatura brasileira de expressão alemã”, pois apesar de publicada no Brasil, era escrita em língua alemã. Além de diversos jornais, havia os almanaques, ou *Kalender*, publicados anualmente e que despertavam um grande interesse na comunidade germânica, abordando assuntos diversos, tais como transcrições para o alemão de textos de autores brasileiros, divulgação de contos e romances teuto-brasileiros em língua alemã, além de informações práticas destinadas aos colonos (calendários agrícolas, tipos de cultivo mais adequados, etc.), notícias sobre a Alemanha e o Brasil e, eventualmente, informações religiosas (SEYFERTH, Giralda, 1999, p. 284). Dentre eles, destacou-se o *Kalender für die Deutschen in Brasilien*, publicado pela editora Rotermund, de São Leopoldo.

Atualmente, esses textos têm sido redescobertos, relidos e analisados pelo grupo de pesquisa RELLIBRA, sob a coordenação da Profa. Dra. Celeste Ribeiro de Sousa, e constata-se uma fértil produção até o surgimento da campanha de nacionalização, quando tais publicações foram proibidas pelo governo federal.

Antes da campanha de nacionalização, além deste tipo de literatura produzida pelos próprios imigrantes e seus descendentes em língua alemã, pouco havia se produzido a respeito deste grupo étnico na literatura nacional.

Em 1847, os germânicos foram retratados pela primeira vez no romance *A divina pastora*, do escritor gaúcho Caldre e Fião, entretanto, os personagens de origem alemã são apenas periféricos no todo da obra, que privilegia as ações de personagens de origem lusa durante a Revolução Farroupilha. Mesmo atuando de maneira periférica, é interessante observar que os alemães, representados neste romance pela família Hendrichs, já são considerados parte integrante da sociedade rio-grandense, posto que Clarinda Hendrichs apaixona-se e se casa com Almênio, um guerreiro farroupilha. Mesmo sendo escrito bem antes da campanha de nacionalização, a língua usada pelos imigrantes alemães no romance é o português padrão e não há menção de qualquer desentendimento lingüístico entre os personagens. Esse dado salta aos olhos se pensarmos que, nessa época, a integração dos

imigrantes alemães à cultura brasileira andava de maneira lenta, mas no seu ritmo. O autor imagina essa integração e prenuncia o que de fato iria ocorrer anos mais tarde.

O primeiro livro em língua portuguesa a outorgar aos imigrantes e seus descendentes no Brasil o papel principal num romance foi *Frida Meyer* (1924), de Vivaldo Coaracy; portanto, escrito também antes da campanha de nacionalização de Vargas. O contexto histórico retratado é o da Primeira Guerra Mundial e ficam evidentes os conflitos entre os brasileiros e os teuto-brasileiros: o contato entre ambos não é nada amigável, pois os descendentes alemães são acusados de se acharem superiores e por torcerem publicamente a favor da Alemanha durante a Primeira Guerra, mesmo o Brasil lutando no lado contrário. A história ficcional e a real confundem-se quando brasileiros incendiam estabelecimentos de origem germânica. Já naquela época, surge o boato do “perigo alemão”, como registrado no trecho abaixo:

- Onde é que você vê o perigo alemão?
- O perigo alemão é esta nucleação dum corpo estranho dentro da nossa nacionalidade a produzir fatalmente no futuro a heterogeneidade da raça. Vi os italianos em São Paulo: como os portugueses do Rio, eles ao fim da segunda geração estão assimilados. O alemão não. Moro agora numa pensão de teutos e faço observações diárias. Esta gente ao fim de não sei quantas gerações é tão alemã como os antepassados que para cá vieram: não se amalgamam, não se absorvem na nacionalidade; conservam a língua, os hábitos, as idéias, os costumes, tudo que lhes foi transferido no sangue. Nascem aqui, vivem aqui, aqui morrem sem nunca ter transposto a barra do Rio Grande, mas são alemães até os fundilhos da alma... Haverá raríssimas exceções, como você, mas o conjunto é isto que digo: um elemento nocivo para a uniformidade nacional. E o que não posso suportar-lhes é essa arrogância, esse desdém que não se dão ao incômodo de disfarçar e com que tratam tudo o que é genuinamente brasileiro. Nós somos os indígenas e eles consideram isto aqui uma espécie de Cameroun... (COARACY, 1924, p. 15).

Sendo assim, ficção e realidade se imbricam e o romance torna-se uma denúncia social do comportamento da comunidade alemã na época da Primeira Guerra. Pode-se constatar um clima de tensão entre brasileiros e teutos, o que será confirmado e acentuado posteriormente com a deflagração da campanha

de nacionalização de Vargas. O romance demonstra que, mesmo antes da ditadura, já havia um sentimento antigermanista da população brasileira, que além de sentir certa resistência das comunidades teutas de se integrarem à cultura brasileira, consideraram uma provocação a torcida pública a favor da Alemanha quando o Brasil estava lutando ao lado dos aliados. Considerando que o romance tem como plano de fundo a Primeira Guerra Mundial, que ocorreu de 1914 a 1918 e que a campanha de nacionalização teve início em 1938, o que é retratado no livro pode ser considerado um indício de que Vargas apenas tornou lei um desejo já antigo do povo brasileiro.

Nesse mesmo período, em 1917, Ernst Niemeyer, nascido em Joinville, Santa Catarina, filho de imigrantes alemães, conclama os teuto brasileiros a produzirem uma literatura própria no seu estudo *Teutonen Literatur*.

Nós, alemães na nova pátria, temos vida própria e por isso devemos ter uma literatura própria. Estamos desligados do passado de nossos ancestrais. Sua pátria nos é estranha. Seus poetas cantam para um outro povo, não nos conhecem e tampouco conhecem nossa terra. Outras plantas, outras montanhas nos cercam, um outro sol ilumina os nossos dias, outras estrelas cintilam em nossa noite. Eles têm um céu diferente do nosso.... Nossa alma precisa de uma poesia própria. Nossa pátria é jovem...e novas canções devem celebrar esta terra. Teuto, observa o teu céu, canta a tua terra. Não vagueies pelo distante. És poeta, então a poesia está onde tu vives. Bela se tornará então a tua pátria, tuas matas, montanhas, lagos... Teutos, nós temos direito a uma literatura própria e nós a criaremos.

Esse trecho demonstra que, se por um lado os alemães torciam pela Alemanha e os brasileiros apontavam uma não-integração destes com a cultura brasileira, por outro lado, os descendentes já estavam atentos ao fato de que eles nem sequer conheciam a terra dos seus antepassados e que a terra deles agora era outra e esta sim é que devia ser “celebrada”. A integração com a cultura brasileira estava, portanto, a caminho, por mais que ainda não fosse visível à sociedade, talvez porque esses descendentes ainda escrevessem em língua alemã, por isso “ela se propõe, pois, a cultivar o patriotismo brasileiro com a “alma alemã”. Expressa-se na língua alemã, mas deseja ter cunho e características próprias, porque pouco tem em comum com a literatura alemã.” (HUEBER, 2009, p.80).

Apesar de contextualizar o período da Primeira Guerra, o romance de Coaracy não teve grande repercussão durante este período, pois foi publicado às vésperas da falência da editora Monteiro Lobato. Por esse motivo, durante muitos anos acreditou-se que Clodomir Vianna Moog havia sido o primeiro escritor a tratar da colonização alemã em primeiro plano no seu livro *Um rio imita o Reno* (1939), que obteve sucesso de público na época: a primeira edição, de cinco mil exemplares, esgotou-se em apenas três semanas e a consagração nacional ocorreu quando o romance recebeu o Prêmio Graça Aranha daquele ano.

Considerando que o período do governo Vargas foi de 1937 a 1945, Vianna Moog buscou retratar como os alemães eram vistos pelos brasileiros na época. Em *O rio imita o Reno*, há o envolvimento amoroso interétnico entre Lore, filha de imigrantes alemães, e Geraldo Torres, um brasileiro do Amazonas. Geraldo, engenheiro, vem habitar a cidade de Blumenthal, uma cidade de colonização alemã no sul do Brasil, com o objetivo de construir uma hidráulica para tratar a água da comunidade. Embora o motivo de sua mudança para a cidade atue em benefício de todos, o brasileiro tem dificuldades na adaptação aos costumes da região, sobretudo em função do racismo de seus habitantes, especialmente da família de Lore.

Apesar do sentimento mútuo que ligava as almas apaixonadas de Geraldo e Lore, diferente dos romances anteriores, o amor entre o casal é impedido de ser realizado por força de Frau Marta Wolff, mãe da menina: através de negociações políticas, os Wolff conseguem fazer com que Geraldo fosse convocado a retirar-se da cidade pela empresa para a qual trabalhava. A hidráulica estava prestes a ser inaugurada e toda a população passaria a usufruir de água tratada; contudo, o preconceito coloca-se acima do bem coletivo e Geraldo foi obrigado a deixar o local, pois era considerado “negro” – termo com que Frau Martha Wolff referia-se às pessoas que não eram da raça ariana – e, portanto, não era digno do amor de Lore. Os alemães são vistos, portanto, como racistas, individualistas e desinteressados na integração com o povo brasileiro. Esse estereótipo dos alemães satisfaz o gosto do público e prova disso é o sucesso que o livro obtém na época.

Com o fim da campanha de nacionalização, pouco se produz em língua alemã. Segundo Valburga Huber (2009), Carlos H. Hunsche, Juanita Schmalenberg Bezner, Carl Fouquet e Elly Herkenhoff são os únicos autores nascidos no Brasil que escrevem poesia e prosa em língua alemã no Brasil depois de 1945. Isso demonstra o grande impacto que este período histórico teve nesta produção literária brasileira “de expressão alemã”; mesmo depois do término do Governo Vargas, poucos se atreveram a escrever novamente em língua alemã no Brasil. Porém, se de um lado o efeito foi avassalador, por outro lado, cada vez mais autores brasileiros que não são de origem alemã começaram a incluir os teutos brasileiros em suas obras.

Em 1949, Érico Veríssimo deu início à publicação de sua trilogia *O tempo e o Vento* – dividida em *O continente* (1948), *O Retrato* (1951) e *O arquipélago* (1961-1962) – sobre a formação do Estado do Rio Grande do Sul. O autor retoma a temática da imigração e traz os imigrantes alemães e seus descendentes para o universo de sua obra, já que os mesmos exerceram papel importante para o desenvolvimento econômico e cultural do Estado. A trilogia tem como foco os gaúchos, portanto, apesar de serem incluídos no romance, os personagens de origem alemã atuam como secundários no conjunto da obra e poucos têm voz, no entanto, fica reconhecida a sua participação na formação do Estado do Rio Grande do Sul.

É com Josué Guimarães, em *A ferro e fogo*, que o tema da imigração alemã atinge seu ápice: há uma ampliação das perspectivas em relação ao imigrante alemão e seus descendentes, que são os protagonistas da obra. O autor gaúcho pretendia escrever uma trilogia, mas conseguiu finalizar apenas dois volumes: *Tempos de solidão* (1972) e *Tempos de guerra* (1975), respectivamente, nos quais são narrados os primeiros tempos da integração dos alemães com os gaúchos, a participação germânica na formação do Estado do Rio Grande do Sul, as dificuldades dos imigrantes, as suas lutas, abrangendo o período de 1824 até 1870. É o primeiro escritor a se aventurar na narração da saga dos imigrantes alemães para o Rio Grande do Sul e o faz sob a perspectiva dos próprios agentes da história. Embora a ousadia de Guimarães seja louvável, posto que iniciou um processo de desmistificação da imagem do imigrante alemão, Renate Schreiner (1996) afirma que o romance

peca ao privilegiar a voz apenas dos alemães, havendo um apagamento da voz dos gaúchos. Verifica-se dessa maneira o mesmo discurso excludente analisado anteriormente em *O tempo e o vento*, quando Érico Veríssimo privilegia a voz dos gaúchos em detrimento dos alemães. De qualquer maneira, é interessante notar que um autor brasileiro narra uma história em que há a valorização dos imigrantes alemães. Isso só poderia ser feito numa sociedade que já não os teme, ao contrário, sente-os já como participantes na formação do povo brasileiro.

Posteriormente, na década de oitenta, Lya Luft introduz na cena literária não a perspectiva dos imigrantes alemães, mas a de seus descendentes, inserindo em seus primeiros livros, tais como *A asa esquerda do anjo* (1981) e *Reunião de Família* (1982), o universo de mulheres nascidas e educadas em famílias com ascendência germânica, revelando a rigidez da vida familiar. A autora privilegia um olhar feminino e intimista sobre a questão, não tratando mais dos tempos de colonização, mas já apresentando um descendente alemão vivendo há gerações no Brasil e compartilhando o mesmo espaço físico e social que os gaúchos, portanto, conferindo um olhar mais atual sobre a questão da imigração alemã.

Também Charles Kiefer, em seus romances *Valsa para Bruno Stein* (1986), *A face do abismo* (1988) e *Quem faz gemer a terra* (1991) transmite o legado colonial. Em *A face do abismo*, faz um apanhado histórico da imigração, que abrange quase um século; nos outros, mostra o descendente alemão situado num contexto temporal mais atual e próximo da cultura brasileira. Seus personagens, tais como Bruno Stein, já se apresentam bastantes adaptados à cultura gaúcha: tomam chimarrão e comem churrasco.

Já em 1990, Luis Antônio de Assis Brasil, em *Videiras de Cristal*, retoma o que seria a temática do terceiro volume da trilogia *A ferro e fogo*, de Josué Guimarães, a quem dedica seu livro. Assis Brasil retrata o episódio dos Muckers, ocorrido em 1874, e a dizimação do grupo liderado por Jacobina Maurer no Morro do Ferrabrás, no atual município de Sapiranga. Assim como os autores anteriores, Assis Brasil trata da dificuldade recíproca de integração entre os descendentes alemães e os brasileiros, trazendo a perspectiva de ambos os lados, elaborando uma trama tão complexa que, ao final, torna-se

difícil julgar quem seriam os verdadeiros culpados pelo ocorrido no Ferrabrás: os Muckers ou o Estado.

No mesmo ano, Valesca de Assis, em *A Valsa de Medusa* (1990), faz uma releitura do mito de Tristão e Isolda em meio aos imigrantes alemães e seus descendentes, transferindo-o para o início da colonização em Santa Cruz do Sul; já em *A colheita dos dias* (1991), mostra a união conturbada de Letícia, uma mulher de descendência germânica, com Modesto, um luso-brasileiro.

Já Fernando Neubarth, nos livros de contos *Olhos de guia* (1993) e *À sombra das Tílias* (1999) insere o descendente alemão nos dias atuais, em que os traços da cultura germânica mesclam-se em meio às características oriundas da cultura gaúcha, no entanto, ainda é visível, aos olhos do leitor, o que pertence a cada uma. Os personagens são religiosos, gostam de cantar, apreciam uma cuca, uma lingüiça ou simplesmente um pão com *schmier*, festejam o Kerb e ainda carregam certas expressões da língua alemã; no entanto, na maior parte do tempo, fala-se o português, às vezes com um peculiar sotaque.

Ainda na obra de Neubarth, os descendentes alemães já se mostram mais integrados à cultura gaúcha e participam ativamente do meio sócio-cultural sul-rio-grandense. Prova disso é o Centro de Tradições Gaúchas (CTG), *Fogão Gaúcho*, fundado na zona alemã e que é mencionado na obra do escritor. Segundo Antônio Augusto Fagundes, antropólogo, a criação do CTG Fogão Gaúcho, em Taquara, ocorreu menos de quatro meses depois da criação do primeiro CTG do Rio Grande do Sul, o “35” Centro de Tradições Gaúchas, em 1948. Afirma que “de lá pra cá inúmeros centros de tradições gaúchas vêm surgindo como jardins floridos nas comunidades teuto-rio-grandenses” (FISCHER e GERTZ, 1998, p.176).

Além dos autores mencionados, poder-se-ia citar ainda vários outros que também delegaram ao descendente alemão o papel principal na narrativa, como, por exemplo, Rui Nedel (*Te arranca alemão batata*, 1986), Ivo Bender (*Trilogia Perversa*, 1988), Roberto Velloso Eifler (*Os 40 anos do Doutor Stummer*, 1988), Pedro Stiehl (*Bárbaros no paraíso*, 2001), dentre outros.

Sendo assim, se no início os alemães eram retratados superficialmente nos romances e as obras em que participavam mais ativamente eram naquelas

escritas pelos próprios imigrantes ou descendentes em língua alemã; posteriormente, percebe-se um número maior de obras tendo os descendentes alemães como personagens centrais, principalmente após a década de 80. Tal fato, ao invés de se tornar mais raro devido à distância temporal existente entre os descendentes e seus antepassados, tem-se tornado mais comum, surgindo ano após ano mais obras na literatura brasileira que contemplam a representação dos descendentes alemães, sejam elas narradas pelos próprios descendentes alemães ou por escritores brasileiros.

Com o término da campanha de nacionalização, poder-se-ia pensar em um primeiro momento, ao se verificar que poucos escritores voltaram a produzir esta literatura chamada brasileira “de expressão alemã” após 1945, que a ditadura de Vargas teria conseguido o intento de dizimar a cultura alemã da literatura brasileira. No entanto, num segundo momento, constata-se que esta cultura foi sendo retomada aos longos dos anos, agora com algumas palavras em língua alemã, mas escrita majoritariamente em língua portuguesa.

Assim, se por algum momento a cultura alemã pareceu estar à parte da literatura brasileira, hoje esta deixa marcas na literatura nacional contemporânea, o que aponta no mínimo para uma necessidade ou um desejo de ainda se pensar essa cultura, o seu lugar, o seu papel no atual meio sócio-cultural, conforme justificam as obras citadas acima.

Constata-se assim, através da literatura, que, apesar da violência da campanha de nacionalização durante a ditadura de Vargas, a cultura alemã não foi completamente esquecida e nem apagada, ao contrário, tornou-se uma presença cada vez mais participante na literatura brasileira contemporânea.

Referências

COARACY, Vivaldo. *Frida Meyer*. São Paulo: Companhia Graphico; Editora Monteiro Lobato, 1924.

DIETRICH, Ana Maria. *Nazismo tropical - O partido nazista no Brasil*. São Paulo: USP, 2007. Tese de doutorado.

FISCHER, Luís A.; GERTZ, René E. *Nós, os teuto-gaúchos*. 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1998.

GINZBURG & UMBACH: "Literatura e Autoritarismo". In: *2000 Palavras: as vozes das letras*, org. Rildo Cosson. Pelotas: PPGL/UFPel, 2000, p.237-242).

GERTZ, René. *O perigo alemão*. Porto Alegre: Ed. da Universidade, UFRGS, 1991.

HUBER, Valburga. *O sentimento patriótico na literatura teuto-brasileira*. In: Blumenau em Cadernos, v. 44, n. 1/2, p. 52-60, 2003.

_____. *A ponte edêmica – Da literatura dos imigrantes de língua alemã a Raul Bopp e Augusto Meyer*. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2009.

KREUTZ, Lúcio. *O professor paroquial - magistério e imigração alemã*. Porto Alegre: UFRGS; Caxias do Sul: EDUCS; Florianópolis: UFSC, 1991.

MAUCH, Claudia; VASCONCELOS, Naira (orgs). *Os alemães no sul do Brasil: cultura, etnicidade e história*. Canoas: Ed. Ulbra, 1994.

SCHREINER, Renate. *Entre ficção e realidade: a imagem do imigrante alemão na literatura do Rio Grande do Sul*. Lajeado, Santa Cruz do Sul: FATES, UNISC, 1996.

SEYFERTH, Giralda. A colonização alemã no Brasil: etnicidade e conflito. In: FAUSTO, Boris. (org.). *Fazer a América*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.